

TEORIAS RACIAIS NO BRASIL:

um pouco de história e historiografia

DIEGO UCHOA DE AMORIM*

RESUMO

No presente trabalho será analisada a história e algumas abordagens historiográficas acerca das teorias raciais no Brasil, principalmente, na virada do século XIX para o XX. A trajetória dos debates após a década de 1930, também, se fará presente, uma vez que muitos trabalhos importantes dentro da temática foram produzidos nas décadas de 1950/60, a exemplo dos publicados pela Escola de Sociologia Paulista. Ao fim, reflexões sobre o conceito de “raça” e a conjuntura das décadas de 1970/80 serão apresentadas de maneira a seguir uma tradição intelectual que não fuja do papel de destaque do historiador na formulação da relação da sua sociedade com o passado.

Palavras-chave: Teorias Raciais, Raça, Historiografia.

ABSTRACT

In this present paper will be analysed the history and some historiographical approaches about racial theories in Brazil, mainly, at the turn of the nineteenth to the twentieth century. The path of these argumentation after 30s, also, will be made present, since many relevant papers about the topic were produced in the 50s and 60s such as the one published by “Escola de Sociologia Paulista”. In the end, reflections about the concept of race and the conjuncture of the 70s and 80s will be presented following a intellectual tradition that does not move away from the main role of the historian in the formulation of the relationship between his society with his own past.

Keywords: Racial Theories, Race, Historiography.

* Graduando em História (Universidade Federal Fluminense - UFF)

“O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer.”

(Walter Benjamin)

Teorias Raciais, modernidade e invenção de tradições no Brasil:

A maioria dos apontamentos que estará nas linhas seguintes já se faz presente em muitos outros artigos. O que se pretende trazer aqui, logo, é uma breve apresentação da história e da historiografia das teorias raciais, de maneira a fomentar novos debates sobre estas teses que deixaram marcas profundas no imaginário social brasileiro e que servem de base para muitos argumentos racistas¹ até o dia de hoje.

Durante os anos finais do século XIX no Brasil, principalmente, com a Proclamação da República (1889), muitos intelectuais se debruçaram sobre uma das maiores preocupações políticas da elite nacional no momento: a “nação brasileira”. A ânsia por apresentar uma nova forma de coesão social que substituísse as antigas, típicas do regime Monárquico, passou a ser a ordem do dia. Aqui, podemos pensar este processo de construção da nação a partir do conceito de Hobsbawm de *invenção de tradições*, segundo o historiador inglês:

Não nos devemos deixar enganar por um paradoxo curioso, embora compreensível: as nações modernas, com toda a sua parafernália, geralmente afirmam ser o oposto do novo, ou seja estar enraizadas na mais remota antiguidade, e o oposto do construído, ou seja, ser comunidades humanas, ‘naturais’ o bastante para não necessitarem de definições que não a defesa dos próprios interesses (...). E é exatamente porque grande parte dos constituintes subjetivos da ‘nação’ moderna consiste em tais construções, estando associada a símbolos adequados e, em geral, bastante recentes ou a um discurso elaborado a propósito (tal como o da ‘história nacional’), que o fenômeno nacional não pode ser adequadamente investigado sem dar-se atenção devida à ‘invenção das tradições’.²

Dessa forma, não é difícil perceber que, naquele momento, se pensava construir uma comunidade a partir da seleção e repetição de determinados ritos e ideias acerca do ser “brasileiro” buscando consolidar uma nova forma de se enxergar como parte dessa nação após a mudança de sistema político e da abolição da escravidão em 1888.

Não se pode, entretanto, esquecer que todo esse projeto de nação estava ligado a

1 Ciente da necessidade de deixar claro o que se entende como racismo, aqui, quando utilizarmos o termo ele seguirá a formulação de Lia Schucman: “Considero racismo qualquer fenômeno que justifique as diferenças, preferências, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos, baseado na ideia de raça. Pois, mesmo que essa ideia não tenha nenhuma realidade biológica, o ato de atribuir, legitimar e perpetuar as desigualdades sociais, culturais, psíquicas e políticas à ‘raça’ significa legitimar diferenças sociais a partir da naturalização e essencialização da ideia falaciosa de diferenças biológicas que, dentro da lógica brasileira, se manifesta pelo fenótipo e aparência dos indivíduos de diferentes grupos sociais.” SCHUCMAN, Lia Vainer. *Racismo e Antirracismo: a categoria raça em questão*. IN: Psicologia política, vol.10, nº19, pp. 41-55, jan-jun, 2010. pg. 44.

2 RANGER, Terence, HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, pg. 28.

um fator essencial. A modernidade, sensibilidade histórica que para alguns autores tem a sua origem ligada às Grandes Navegações no século XV-XVI³, com o aumento do fluxo de transporte e comunicação, trouxe inúmeras mudanças no cenário global. Além das mudanças objetivas na sociedade como as descobertas nas ciências, a modernização que espalhou trilhos e navios de grande porte pelo mundo, as novas formas de sociabilidade e a ideia de ruptura com o passado como condutor das trajetórias humanas, um novo conjunto de ideias passou a conduzir o desenvolvimento dos centros europeus. Este conjunto, nas palavras do filósofo Habermas, consistiu no projeto da modernidade⁴, no qual emergiram as inúmeras doutrinas de liberdade, igualdade e fraternidade. Discutindo o assunto, o geógrafo David Harvey assinala que:

A ideia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. O domínio científico da natureza prometida liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e dos modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas.⁵

É justamente nesse contexto, de auge da crença nas benesses da modernidade, que as elites brasileiras vão tentar colocar o Brasil na trilha da civilização. A representação dessa “nova” nação brasileira, em oposição àquela do Império, teria que garantir a chegada ao progresso. E as disputas que cercaram o debate político-intelectual não foram poucas. Monarquistas e republicanos, após o golpe de 1889, esforçaram-se por fazer valer o conjunto de representações relacionado ao seu imaginário e as suas intenções políticas no período.

Segundo Angela Alonso, enquanto os primeiros tentavam atribuir à forma republicana de governo a ideia de desordem – devido à ausência do poder moderador – e desqualificar a nova sociabilidade e modos de viver republicanos – lamentavam, entre outras coisas, a perda de força da honra nas relações sociais; estes últimos criticavam o império que tinha caído e louvavam o fim da hierarquia estamental e o crescimento do valor da moral do trabalho, da família e do Estado⁶. Nesse contexto, os republicanos levaram a melhor no jogo político⁷.

Agora, restava-os construir a representação do brasileiro e da nação que se pretendia. O que se colocaria como um obstáculo no caminho desse projeto das elites brasileiras,

3 Um dos autores que utilizam esse referencial é Marshall Berman, ver: BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

4 Ver: HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

5 HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992, pg. 23.

6 ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro nas primeiras décadas republicana. IN: *Novos Estudos*, nº 85, Novembro 2009, pg. 138-143.

7 Uma questão importante apontada por Angela Alonso é o fato de que os monarquistas, mesmo tendo perdido a luta política naquele contexto, conseguiram deixar fortes marcas da sua visão sobre a República no imaginário nacional. A primeira experiência republicana, assim, perpetuou-se como desordem e, como assinala, também, Cristina Buarque de Hollanda, na “ideia de ausência”. ALONSO, Angela, Op. cit., pg. 147-148; HOLLANDA, Cristina Buarque de. *A questão da representatividade na Primeira República*. IN: *Caderno CRH*, Salvador, vol. 21, nº 52, Jan-Abril 2008, pag. 25-26.

contudo, seria um problema que desde muito tempo deixava os “melhores da terra” preocupados e os inúmeros viajantes europeus abismados.

A grande quantidade de negros e mestiços no Brasil, que durante o período escravista deixava os senhores extremamente temerosos de revoltas – principalmente após a revolta dos escravos no Haiti – e deixava viajantes espantados com os modos de vida tidos como extravagante e quase animalesco dessa população, sempre foi uma pauta de discussão das camadas dirigentes do Estado⁸. A partir da segunda metade do século XIX, porém, uma nova perspectiva de encarar esse “problema” ganharia força. As teorias raciais, populares entre os intelectuais na Europa, entrariam de maneira fulminante no país.

Junto com as ideias de um “falso evolucionismo”⁹ que, somado ao conceito moderno de História entendido como processo¹⁰, colocaram as diversas sociedades numa escalada ao progresso, as teorias raciais informavam que as nações que estavam na frente nessa caminhada – entenda-se França e Inglaterra, essencialmente – ali se encontravam porque eram de uma raça humana específica: a branca, ariana ou caucasóide. Construíam-se, assim, um determinismo biológico que já colocava como ponto de partida a questão racial para o alcance da civilização. Ou seja, apresentava como natural a posição central desses países no capitalismo internacional.

O problema no caso brasileiro era como lidar com essas teorias, pois, segundo elas, o Brasil se tornava um país inviável. Recheado de mestiços, considerados “degenerados” pela maioria das teorias à época, e negros, tidos como os mais atrasados na corrida evolucionista, o país tinha comprometida a sua chegada às utopias da modernidade. Isso não poderia ficar assim.

Restava aos intelectuais comprometidos com o projeto das elites de alcançar essas utopias assegurarem um lugar para o Brasil entre as grandes nações mundiais. A saída encontrada por uma parcela destes pensadores, como veremos, consistirá na invenção de uma nação homogênea a partir da relativização da degeneração da mestiçagem garantindo, ao mesmo tempo, um futuro branco para o país. Antes, é preciso compreender melhor o contexto de auge desse debate.

8 Para os debates e as saídas estipuladas pelas elites e dirigentes na durante o período colonial acerca do “perigo interno”, ver: MARQUESE, Rafael de Bivar. *A dinâmica da escravidão no Brasil. Resistência, tráfico negro e alforrias, séculos XVII a XIX*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002006000100007-8&script=sci_arttext (Último acesso em 27/04/2014), LARA, Sílvia. *Fragmentos Setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

9 Trabalhando detalhadamente as premissas desse “falso evolucionismo” que caracterizou do auge da modernidade europeia, o antropólogo Claude Lévi-Strauss, em seu ensaio seminal lançado no pós-Segunda Guerra Raça História, aponta: “Mas, por mais diferentes e por vezes bizarras que possam ser, todas estas especulações se reduzem a uma única e mesma receita, que o termo de falso evolucionismo é, sem dúvida, mais adequado para caracterizar. Em que consiste ela? Muito exatamente, trata-se de uma tentativa para suprimir adversidade das culturas, fingindo conhecê-la completamente. Porque, se tratarmos os diferentes estados em que se encontram as sociedades humanas, tanto antigas como longínquas, como estádios ou etapas de uma desenvolvimento único que, partindo do mesmo ponto, deve convergir para o mesmo fim, vemos bem que a diversidade é apenas aparente. A humanidade torna-se única e idêntica a si mesma, só que esta unidade e esta identidade não se podem realizar senão progressivamente e a variedade das culturas ilustra os momentos de uma processo que dissimula uma realidade mais profunda ou retarda a sua manifestação.” LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e história*. IN: *Antropologia Estrutural II*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976, cap. XVIII, pg. 338-339.

10 Ver: ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: Ática, 1988, pg.44.

O Pós-Abolição e as Teorias Raciais: abolição, imigração e legitimação das hierarquias

Como vários autores chamam atenção, entender o contexto pós-Proclamação da República e sua necessidade de criar novas formas de coesão social no Brasil devido à mudança de regime político são essenciais para compreender os inúmeros debates que as teses raciais fomentaram no país. Outro marco político-social, entretanto, também se mostra indispensável: a abolição da escravidão em 13 de maio de 1888. Com o fim do sistema escravista no país, duas grandes questões surgiram e ambas vão ser permeadas pelas teorias raciais.

A primeira é a questão da mão-de-obra. Com o fim da escravidão, relação de produção hegemônica na sociedade imperial, havia a necessidade por parte dos produtores de gêneros agrícolas de substituição de mão-de-obra. Segundo a historiadora Emília Viotti, essa transição foi do ponto de vista dos grandes proprietários exitosa, apenas alguns membros dessa classe que já estavam em situações precárias anteriormente sofreram de forma mais aguda¹¹. Alguns proprietários teceram novas relações de trabalhos com os ex-escravos¹² e outros investiram pesado na substituição dos trabalhadores. Mas, o que interessa para o este trabalho, foi uma das saídas que as classes produtoras encontraram para sair desse dilema no momento do 13 de maio: a imigração de europeus.

Esta política, no estado de São Paulo, encontrou números altíssimos. Paula Beiguelman aponta que nos anos de 1891 e 1895 entraram no estado cerca de 108.688 e 139.998 imigrantes – maioria italianos –, respectivamente¹³. Esses dados ajudam em algumas reflexões. Somados a outros fatores como o a crença no evolucionismo social e no conceito de “raça”, demonstram que essa política de Estado estava pautada na crença de superioridade racial dos europeus e no comprometimento em assegurar um futuro branco para o Brasil. Isso fica mais claro se atentarmos para o caráter discriminatório de algumas leis e decretos dos primeiros anos da República. A mais explícita, como aponta Amílcar Pereira, é o Decreto nº 528, de 28/06/1890, que proibia a imigração de “indígenas da Ásia ou da África”¹⁴, autorizando, apenas, os europeus.

Uma polêmica que propiciou bons debates na esfera pública e que também explicita o caráter racializado das políticas de Estado no período foi a possibilidade de trazer imigrantes asiáticos, os coolies, para trabalhar nas lavouras paulistas. Em 1879 foi criada, entre os apoiadores da ideia de trazer estes imigrantes, a Sociedade Importadora de Trabalhadores Asiáticos. Essa postura teve dois grandes opositores em nível internacional, os governos da Inglaterra e da China, contudo, o que nos interessa é o conteúdo de alguns discursos. Destaca-se o proferido por Joaquim Nabuco, notável abolicionista. Nas palavras de José Petruccelli:

Os opositoristas multiplicavam as críticas contra esse projeto e particularmente os abolicionistas como J. Nabuco, que dizia: “O principal efeito da escravidão sobre a nossa população foi, assim, africanizá-la, saturá-la de sangue preto, como

11 VIOTTI, Emília. *A abolição*. São Paulo: UNESP, 2010, pg. 133.

12 Para maiores detalhes acerca das principais questões em relação aos ex-escravos no pós-abolição como a questão das fontes e da diversidade de experiências que os pesquisadores vêm se debruçando, principalmente, relacionado à cidadania, ver: MATTOS, Hebe Maria, RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. IN: *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

13 BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1981, pg. 39.

14 PEREIRA, Amílcar Araujo. *O Mundo Negro: Relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013, pg. 65.

o principal efeito de qualquer grande empresa de imigração da China seria mongolizá-la, saturá-la de sangue amarelo". Mais adiante, nas conclusões do que ele chamou sua obra de propaganda, ele escreveu a pátria ideal para os abolicionistas: "um país onde todos sejam livres; onde, atraída pela franqueza das nossas instituições e pela liberdade do nosso regímen, a imigração europeia traga, sem cessar, para os trópicos uma corrente de sangue caucásico vivaz, enérgico e sadio, que possamos absorver sem perigo, em vez dessa onda chinesa, com que a grande propriedade aspira a viciar e corromper ainda mais a nossa raça".¹⁵

Mas, não era só a questão da substituição da mão-de-obra que consistiu numa preocupação após a abolição. Com o 13 de maio, as antigas hierarquias sociais construídas e "naturalizadas" pela instituição escravista não poderiam ter a mesma forma. A oposição senhor/escravo não poderia ser mais acionada para cristalizar a inferioridade da população negra no Brasil¹⁶. Como aponta Viotti, "nessa época, a escravidão passara a ser identificada com ignorância e atraso e a emancipação, com progresso e civilização"¹⁷, o que deixava os senhores numa posição extremamente paradoxal no momento de abraçarem as filosofias liberais de igualdade, liberdade e fraternidade. Diziam elas que, agora, todos seriam iguais perante a lei, sejam senhores, ou mesmo libertos... Adotar o liberalismo significava ao mesmo tempo esvaziar de legitimidade as ideologias que asseguravam a sua hierarquia social¹⁸.

Assim, Lilia Schwarcz aponta que as teorias raciais tiveram um papel importantíssimo para legitimar as hierarquias sociais num contexto em que o liberalismo se tornava paradigma político no país e a abolição saíra de pesadelo dos grandes proprietários para uma realidade histórica. Elas vinham "naturalizar" as hierarquias, tornar natural a organização social extremamente desigual no qual se encontrava a sociedade brasileira¹⁹, onde indivíduos e grupos sociais da população negra lutavam com todas as suas forças para se fazer perceber²⁰.

15 PETRUCCELLI, José Luis. Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro, 1870-1930. IN: *Estudos Sociedade e Agricultura*, 7 Dezembro, 1996, pg. 141-142.

16 "Afinal, o fim da escravidão não representou apenas a perda de propriedade, mas de referências fundamentais na constituição da identidade dos proprietários de terras e escravos. A certeza de que o mundo social não podia mais ser definido pela oposição entre senhores e escravos comprometia vínculos pessoais e referências de autoridade – não só relações de trabalho. Não eram apenas os trabalhadores que os proprietários perdiam, mas a sua própria posição hierárquica estava em jogo. Um certo desespero deve mesmo ter sido partilhado por proprietários já empobrecidos, mas ainda dispostos a resguardar a posição senhorial. Ver-se destituído desse lugar subvertia toda a lógica que balizava a arquitetura social desde os tempos coloniais. Desse modo, enquanto comemorava-se a abolição estiveram em suspensão regras importantes no jogo de poder entre brancos senhores/negros subalternos." ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2009, pg. 125-126.

17 VIOTTI, Emília, Op. cit., pg. 128.

18 Hobsbawm, também no texto em que trata da invenção das tradições, assinala para esse caráter da ideologia liberal, segundo o autor: "Assim, ao colocar-se conscientemente contra as tradições a favor das inovações radicais, a ideologia liberal da transformação social, no século passado, deixou de fornecer os vínculos sociais e hierárquicos aceitos nas sociedades precedentes, gerando vácuos que puderam ser preenchidos com tradições inventadas." RANGER, Terence, HOBBSBAWM, Eric, Op. cit., pg. 20.

19 SCHWARZ, Lilia Moritz. *Espetáculo da miscigenação*. IN: *Estud. av.* vol.8 n°20 São Paulo Jan./Apr. 1994, pg. 146-147

20 Nos últimos anos, uma série de pesquisas buscaram resgatar aspectos da organização, modos de agir e trajetórias individuais das populações negras no contexto do Pós-abolição. Desde a década de 1980, quando as demandas dos movimentos negros e a preocupação com a ação social dos sujeitos pela academia fomentaram uma mudança na historiografia da escravidão, chaves explicativas importantes das relações raciais no país têm sido revistas devido à emergência de estudos que buscam historicizar as diversas experiências da população de ascendência africana, resgatando, assim, o negro como sujeito da sua própria história. De maneira bem similar aos anos 1980 para a historiografia da escravidão, os anos 2000 significaram importantes mudanças na

Mas, a mesma autora chama a atenção para outro paradoxo que esse projeto das elites teria que enfrentar. Como simplesmente “importar” essas teorias se, em sua maioria, elas condenavam o Brasil devido a sua mestiçagem e a preponderância do sangue negro, resultando num conjunto de degenerados impossibilitados de alcançar o progresso? É nesse processo de invenção de uma nação que garantia a entrada do país no curso da modernidade que alguns intelectuais se destacaram com suas saídas teóricas.

Os intelectuais brasileiros e as Teorias Raciais:

As teorias raciais podem ter demorado um pouco para chegar à maioria dos homens que pensavam o Brasil, mas, quando chegaram, encontraram uma bela receptividade. Os intelectuais da geração de 1870-1930, marcada pela Guerra do Paraguai, as leis abolicionistas, o Republicanismo, o desenvolvimento dos institutos de pesquisa, entre outros fatores, utilizavam a categoria moderna de raça para pensar uma série de questões que se mostravam estruturais na virada do século.

Uma boa parcela da influência dessas teorias está intimamente ligada à estadia no Brasil do francês Conde de Gobineau (1816-1882), conhecido como pai das teses racialistas, durante cerca de quinze meses. Desde o momento em que chegou, em 1868, o aristocrata tinha relações estritamente profissionais com seus colegas de trabalho na embaixada francesa, se relacionando de forma mais direta apenas com o imperador, e seu amigo, D. Pedro II. Isso se devia ao seu próprio pensamento acerca das relações raciais, extremamente hierárquico do ponto de vista da diversidade racial e enfático na superioridade da raça ariana. Lidava de forma extremamente discriminatória em relação aos brasileiros, em sua visão, mestiços e impregnados de sangue negro, carentes de civilização e impossibilitados de alcançá-la. Sendo um dos mais enfáticos da degeneração do mestiço, Gobineau dizia:

Se admitimos que um número muito importante de seres humanos tem estado, e estará para sempre, impossibilitado de realizar mesmo um primeiro passo na direção da civilização(...) ‘estamos induzidos a concluir que uma parte da humanidade é, nela mesma, impotente para jamais se civilizar... porque ela é incapaz de vencer as repugnâncias naturais que o homem, como os animais, experimenta contra o cruzamento.’²¹

Essa postura de condenação do mestiço no pensamento do francês chegava ao ponto de afirmar que em menos de 200 anos o Brasil seria um vazio demográfico, pois, a sua população encontraria problemas para se reproduzir relacionados ao grau dessa mestiçagem²². Mesmo assim, Gobineau acreditava que se o governo brasileiro incentivasse a imigração de raças puras europeias, os males advindos com a miscigenação poderiam ser ameniza-

consolidação de um campo de estudos específicos sobre o pós-abolição. A influência e o diálogo com pesquisadores do tema de outros países, a realização de eventos acadêmicos, a demanda por parte de movimentos sociais, e o incentivo à pesquisa acabaram por dar uma energia ainda maior para o campo. Reflexo disso são os inúmeros grupos de pesquisa que surgem nos programas de pós-graduação pelo país que se debruçam sobre as questões do pós-abolição e a formação, finalmente, do GT Nacional de Emancipações e Pós-Abolição durante o XXVII Simpósio Nacional da ANPUH, realizado em 2013 na cidade de Natal, coordenado por Giovana Xavier e Wlamyra de Albuquerque além de reunir nomes de peso como Hebe Mattos, Martha Abreu, Flávio Gomes, Maria Helena Machado entre outros. Para mais informações sobre o GT Nacional, ver: http://www.anpuh.org/gt/view?ID_GT=45#_Uz1m_O5eSVU.facebook.

21 Apud PETRUCCELLI, José Luis. Op. cit., pg. 135-136.

22 Idem, pg. 137.

dos e durante um longo processo, até excluídos. Nesse intuito, *L'Emigration au Brésil* (1874) foi publicado em Estocolmo, três anos após a partida de Gobineau do país, e escrito em favor de um pedido de D. Pedro II com a finalidade de incentivar a imigração de europeus para o país.

Não foi apenas esse francês, contudo, que teve uma importância destacada na reprodução das ideias raciais em território nacional. Louis Couty (1854-1884), outro francês, chegou ao Brasil em 1878, sob indicação de Alfred Vulpian para assumir o cargo de professor de Biologia Aplicada na Escola Politécnica, no Rio de Janeiro, a pedido do imperador D. Pedro II. Além disso, foi professor no Museu Nacional onde faria com que suas ideias ganhassem adeptos.

Assim como Gobineau, via no Brasil uma espécie de lugar onde não existiriam preconceitos raciais, onde a miscigenação e a grande quantidade de negros alforriados tinham contribuído para uma organização social diferenciada de outros países. Abolicionista gradual, também via na miscigenação com a raça branca uma saída para o Brasil deixar o seu “atraso” e chegar aos patamares da civilização²³. Não adiantaria investir na população negra, segundo o professor, eles carregariam uma essência preguiçosa, sendo os responsáveis pela situação atual do Brasil. A escravidão, aos seus olhos, serviria como uma proteção aos negros...

Esse par de intelectuais franceses, assim como outros racialistas como Spencer, Spencer e Tylor com a teoria do “evolucionismo social”²⁴, deixaram marcas no pensamento social brasileiro da época. Não há maneiras de esconder que as suas ideias tiveram eco. Sustentar essa afirmação, porém, é diferente dos argumentos que informam que os intelectuais brasileiros apenas “importaram” essas teses, ou produziram as que estavam contidas nos ensaios de Gobineau e Couty enquanto estiveram aqui. Os pensadores que tentaram colocar o Brasil nessa trilha ao progresso, como aponta Schwarcz, procuraram uma saída para o paradoxo legitimar as hierarquias/assumir a “degeneração”. E encontraram. Segundo a autora:

A saída foi então preconizar a adoção do ideário científico, porém, sem seu corolário teórico aceitar a ideia da diferença ontológica entre as raças sem a condenação à hibridação à medida em que o país, a essas alturas, encontrava-se irremediavelmente miscigenado.²⁵

Apresentar esse esforço de parte dos intelectuais brasileiros na Primeira República não está servindo apenas para combater os argumentos que apontam para a “cópia” de ideias europeias, mas, também, para desconstruir uma áurea que circunda ainda hoje na opinião pública os estudos de Gilberto Freyre. As contribuições de Freyre para o estudo das relações raciais são bastante conhecidas, e se tornaram populares na época e até os dias de hoje. O

23 Idem, pg. 138.

24 Não é difícil encontrar trabalhos que explicitam a semelhança nos discursos do evolucionismo social com o biológico de Darwin publicado em *Origem das espécies* e referência nos estudos biológicos até os dias atuais. O cuidado aqui, contudo, se torna urgente. Os dois nomes fundadores do evolucionismo social, Spencer e Tylor, elaboraram e publicaram a sua obra antes mesmo da publicação do livro clássico de Darwin. Assim, a “luta pela vida” muito utilizada por esse discurso racialista não se confunde com os argumentos do evolucionismo biológico que se mostra como uma das hipóteses científicas com maiores índices de probabilidade confirmada. Nas palavras do antropólogo francês: “Os dois fundadores do evolucionismo social Spencer e Tylor, elaboram e publicam a sua doutrina anteriormente à *Origem das espécies* ou sem ter lido esta obra. Anterior ao evolucionismo biológico, teoria científica, o evolucionismo social não é, a maior parte das vezes, senão a maquiagem falsamente científica de um velho problema filosófico para o qual não existe qualquer certeza de que a observação e a indução possam um dia fornecer a chave.” LÉVI-STRAUSS, Claude, Op. cit., pg. 339.

25 SCHWARZ, Lilia Moritz, Op. cit., pg. 138-139.

pernambucano descartou a categoria raça e passou a trabalhar, com muita influência da antropologia cultural de Franz Boas, com o conceito de cultura²⁶.

No célebre *Casa-grande & senzala*, lançado em 1933, o autor apontava as contribuições da população negra e dos índios – em menor medida – à cultura nacional, deixando de empregar as teorias racialistas, típicas da segunda metade do XIX, e acabando com a taxação negativa da mestiçagem. Ao contrário, Freyre agora via no mestiço um salto qualitativo, pois, somente com a miscigenação os portugueses teriam conseguido aguentar o clima tropical e as condições precárias as quais estavam expostos. De vilão a herói, essa foi a epopeia do mestiço na obra freyreana²⁷.

Mas, teria sido Gilberto Freyre o primeiro a fazer esse movimento em relação à mestiçagem? O que os estudos de Lília Schwarcz e Carolina Vianna Dantas nos mostram que outros pensadores já tinham encontrado formulações que iam ao encontro dessa ideia. Para Dantas, a preocupação com a incorporação dos ex-escravos à sociedade e a formação da identidade nacional foram os pontos que acabaram fazendo com que estes intelectuais chegassem a essa saída²⁸.

Argumentando, também, com uma historiografia que aponta que a inclinação desses intelectuais às manifestações negras e populares na época para a formação das chamadas “singularidades brasileiras” aconteceu devido à onda de exotismo e a volta de um regionalismo, Dantas afirma que isso, apenas, não é o bastante para entender a complexidades desses debates. Continuar com essa chave explicativa, segunda a autora, esvazia de sentido as redes de sociabilidade, a “república das letras”, em suas palavras, que se formava entre essas personagens e que eram essenciais na consolidação dessas teses e argumentos²⁹.

Um dos intelectuais mais influentes na virada do século XIX para o XX e que trazia a relativização da degeneração da mestiçagem é o ainda pouco estudado João Batista Lacerda (1846-1915). Diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro – instituição na qual trabalhou com Louis Couty –, Lacerda foi convidado para participar do I Congresso Internacional das Raças, em julho de 1911. Comunicador que carregava a marca de representante de um “típico país miscigenado”, Lacerda em poucas palavras resumia as suas ideias acerca da formação racial brasileira: “O Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução”³⁰.

Exatamente. O cientista acreditava que em 2012, aproximadamente, o Brasil seria um país branco. Mas, essa garantia de um futuro branco não significava que no presente

26 “Porém, muito influenciado por Franz Boas – com quem conviveu pessoalmente durante seus estudos na Universidade de Columbia –, Gilberto Freyre teria deslocado o eixo da discussão, operando a passagem do conceito de ‘raça’ ao conceito de cultura, que marcaria o distanciamento entre o biológico e o cultural, como afirma em sua obra: ‘Nesse critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura, assenta todo o plano deste ensaio’.” PEREIRA, Amílcar Araújo, Op. cit., pg.78.

27 Segundo o brasilianista Russel-Wood: “Era considerada tão básica para o bem-estar nacional que, caso tivesse determinado que a miscigenação seria prejudicial, ficaria extremamente difícil superar esta barreira e encontrar qualquer vislumbre de esperança para o futuro do país. Acadêmicos da linhagem de Alberto Tôrres, Paulo Padro e Francisco José de Oliveira Vianna já tinham avaliado a miscigenação como força negativa. Freyre adotou uma postura diametralmente oposta. Ao colocar a miscigenação no contexto mais amplo das forças evolutivas sociais e econômicas, foi capaz de demonstrar que, na verdade, a miscigenação fora o fator positivo.” RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

28 DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na Primeira República. In: Revista Tempo, Niterói, ed.26, 2009, pg. 57-58.

29 Idem, pg. 58.

30 SCHWARCZ, Lília Moritz, Op. cit., pg. 137-138.

ele admitia uma “degeneração” à maneira das teses europeias. Segundo Lacerda, mesmo a raça brasileira não podendo ser considerado uma raça superior, como a branca ou ariana, os mestiços do país seriam superiores às outras raças ditas inferiores, mesmo que estas fossem “puras”. Nas suas palavras, presentes na sua fala no I Congresso Internacional das Raças, ele afirma:

A partir do que acabamos de afirmar, percebe-se bem que, contrariamente à opinião de diversos escritores, o cruzamento da raça negra com a raça branca não dá, em geral, produtos de uma intelectualidade inferior; e mesmo se estes produtos não podem rivalizar por outras qualidades com as raças mais fortes do tronco ariano, se, como estes últimos, elas não têm um instinto de civilização tão realizado, não é menos certo que não se pode classificar estes mestiços no nível das raças realmente inferiores.³¹

E não foi só na então capital, Rio de Janeiro, que esse debate estava presente. Nos estados de São Paulo, Pernambuco e na Bahia, também, podemos ver inúmeras discussões e interferências políticas racializadas. Segundo Schwarcz, o grupo de bacharéis do estado de São Paulo, mesmo mantendo uma das bandeiras liberais mais fortes do Brasil, mantinha um discurso que deixava passar as premissas racialistas em vários de seus posicionamentos. Ao contrário de um grupo influente de intelectuais de Recife, por exemplo, que se mantinha claramente determinista e tinha em Sívio Romero (1851-1914) um expoente singular das teses do embranquecimento³².

O famoso crítico literário, assim como Lacerda, tinha recuperado o negro na composição da nação brasileira, porém, ao mesmo tempo, tinha dado um prazo para a sua extinção. Isso porque a sua tese do embranquecimento guardava um destino certo para a população negra: o fim. Com a ênfase na política de imigração europeia para a miscigenação “positiva” com o brasileiro esperava-se que num futuro próximo o país seria branco, de fato. Conforme assinala Dantas:

A partir da mestiçagem, Sívio Romero resgatou o negro e ao mesmo tempo o subsumiu, uma vez que o branqueamento pressupunha o predomínio do elemento branco. O mestiço, para Romero, seria uma espécie de “ganho evolutivo”, pois teria ajudado o colonizador branco a se adaptar ao meio nos trópicos e incorporado índios e africanos à civilização.³³

Não só de teses com pitadas de “otimismo” por parte dos intelectuais referente ao futuro branco do país os debates eram permeados. Nina Rodrigues (1862-1906), médico da Faculdade de Medicina da Bahia, estava mais ligado às teorias que apontavam para a impossibilidade de qualquer tipo de ganho para a nação brasileira com a promoção da mestiçagem. Muito influenciado pelas reflexões do italiano Cesare Lombroso, Rodrigues produziu uma série de estudos e ensaios nos quais insistiam na inclinação do mestiço e do negro ao crime, inclusive, defendendo que raças diferentes mereciam códigos penais diferentes em seu livro *As raças*

31 Apud PETRUCCELLI, José Luis. Op. cit., pg. 143.

32 SCHWARCZ, Lilia Moritz, Op. cit., pg. 140-141.

33 DANTAS, Carolina Vianna, Op. cit., pg. 62.

humanas e a responsabilidade penal no Brasil (1894). Em alguns momentos, Rodrigues chegou a falar que ao contrário do que alguns esperavam e defendiam, a miscigenação progressiva, o Brasil estava caminhando para uma segregação geográfica, de fato, entre as raças. No Norte, ficariam os negros, e no Sul a população branca³⁴.

Pode parecer estranho para muitos o fato de Nina Rodrigues se dedicar ao assunto. Afinal, ele era um médico legal e atualmente esta categoria profissional não tem a mesma proeminência e legitimidade nos debates sobre as relações raciais e a dinâmica social da sociedade brasileira. Essa postura do médico da universidade baiana, porém, fica melhor entendida se tivermos claro que os médicos e higienistas, nesse período, gozavam do fato de serem, ao lado dos bacharéis em direito, considerados os mais capacitados para lidar com questões-chaves no pensamento social brasileiro como a da natureza da nação brasileira que precisava ser pensada.

Como o exemplo de Nina Rodrigues nos deixar perceber, na intenção de buscar a “originalidade brasileira” alguns pensadores acabaram encontrando o “perigo negro”. Essencializava-se, assim, a alienação, embriaguez, epilepsia, violência e a amoralidade nos negros e mestiços. Estavam esses profissionais carregando uma responsabilidade quase divina de curar a nacionalidade brasileira... Segundo Weyler:

Ao saber médico atribuiu-se, progressivamente, o papel de tutorar e sanear a nacionalidade; para o cumprimento desta “missão”, os médicos assumiram uma postura na maioria das vezes marcadamente autoritária e violenta em suas intervenções. Segundo um dos lemas do período – “Prevenir, antes de curar” – os males deveriam ser erradicados antes mesmo de sua manifestação. Era urgente, portanto, não só curar as epidemias, mas, sobretudo, evitar o aparecimento de novos surtos. Os projetos de saneamento e de higienização começaram a tomar força, ultrapassando os limites estritos da medicina, através de medidas diretas de intervenção na realidade social.³⁵

No Rio de Janeiro, com Oswaldo Cruz e a sua escola higienista, também vamos ter uma série de políticas visando o combate a epidemias e doenças tropicais, assim como políticas de vacinação obrigatórias. Essas intervenções, entretanto, tinham, na maioria das vezes, um caráter extremamente autoritário o que fomentava a revolta da população oriunda das classes populares nos centros urbanos – que já tinha uma vida extremamente difícil. O caso da Revolta da Vacina na então capital federal é um exemplo desses movimentos que acabaram tendo ligações com as políticas higienistas³⁶.

Assim, depois de passar pelos exemplos de Silvio Romero, João Batista Lacerda e Nina Rodrigues, destacando as aproximações e diferenças entre os pensadores, cabe deixar claro que, de maneira alguma, esse movimento por parte desses intelectuais que tentaram

34 PETRUCCELLI, José Luis. Op. cit., pg. 139.

35 WEYLER, Audrey Rossi. A loucura e a República no Brasil: a influência das Teorias Raciais. IN: *Psicologia USP*, 2006, 17 (1), 17-34, pg. 20.

36 CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pg. 73-74.

encontrar saídas para o paradoxo que se apresentava às elites nacionais e ao seu projeto de nação ocorreu de forma homogênea e sem disputas.

Ao contrário, o que se observa nos trabalhos que se debruçaram sobre estes intelectuais e a conjuntura em que atuaram é que, mesmo eles tendo investido num tema comum, os seus apontamentos e possíveis soluções eram diferentes e entravam num campo complexo de disputas marcadas por diferentes relações de força. Adotando esse prisma de interpretação fica mais fácil para nós historiadores atentarmos para as várias alternativas que estavam presentes nesses debates e que, de modo a ser mais bem investigado, acabaram tendo pouco espaço – ou nenhum! –, seja nas publicações da época em questão, ou até mesmo da própria produção historiográfica.

Com todas essas pesquisas que abordam o alto grau de influência das teorias raciais no Brasil na virada do século XIX e XX, alguns podem se perguntar se não havia nenhum expoente que não utilizasse a categoria raça para pensar a realidade e a nação brasileira. Sem dúvida, o pensamento racista foi hegemônico no período, entretanto, temos exemplos de pensadores que mesmo nesse campo tomado por entusiastas do embranquecimento apresentaram ideias que traziam outros fatores como causas do “atraso” brasileiro na corrida ao progresso.

Os antirracistas: os casos de Manoel Bonfim e Juliano Moreira

Um desses expoentes foi Manoel Bonfim (1868-1932), médico e intelectual natural de Aracaju, que durante a sua vida trouxe interpretações que fugiam das teses racialistas. Participando de debates enquanto foi Deputado Federal por Sergipe e argumentando com a sua escrita depois que foi se dedicar à carreira acadêmica, quando publicou livros como *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na História* (1930), *Cultura e educação do povo brasileiro* (1931), Bonfim sempre insistiu que as causas da situação precária a qual o povo brasileiro estava submetido tinham raízes no caráter predatório da colonização ibérica. Em seu livro mais famoso, *América Latina: males de origem* (1905), encontra-se a denúncia do legado que anos de exploração por parte de Portugal teriam deixado a nova nação. Nas palavras de Dantas:

Dentro da linguagem biológica do seu tempo, este autor re-
futeu a aplicação, segundo ele inapropriada, das teorias biológicas à sociedade humana. A fim de compreender o atraso em que se encontravam a América Latina e o Brasil, o autor investiu na análise dos problemas herdados do período colonial, chegando à conclusão de que o atraso tinha motivações históricas derivadas da exploração predatória operada por espanhóis e portugueses na América Latina – o que vinculou à ideia do parasitismo.³⁷

Dessa maneira, ele dialogava diretamente com as teses de autores famosos no contexto europeu que viam os motivos da situação brasileira ligados ao caráter “preguiçoso”, “indolente” e “bárbaro”, devido a sua mestiçagem e ao alto grau de sangue negro nas veias da população. Afastava-se, assim, de chaves explicativas ligadas ao determinismo racial e apostava em explicações histórico-sociais, recusando o essencialismo, marca desses argumentos.

37 DANTAS, Carolina Vianna, Op. cit., pg. 65.

Mas, e a solução para o Brasil chegar ao almejado progresso e a um verdadeiro espírito liberal? Além das funções que já foram citadas, Bonfim também foi subdiretor do Pedagogium, cargo assumido em 25 de junho de 1896. Órgão que tinha a função de “coordenar e controlar as atividades pedagógicas do país e de ser um centro impulsionador e estimulador de reformas e melhorias para o ensino público”³⁸. Durante o tempo que exerceu esse ofício ele teve contato com a precaríssima situação do ensino público brasileiro. E a saída para uma possível melhoria da realidade brasileira passava, na sua visão, justamente pela educação. Em suas palavras:

Sofremos, neste momento, uma inferioridade, é verdade, relativamente aos outros povos cultos. É a ignorância, é a falta de preparo e de educação para o progresso - eis a inferioridade efetiva; mas ela é curável, facilmente curável. O remédio está indicado: a necessidade imprescindível de atender-se à instrução popular.³⁹

Conseguia fechar, finalmente, a sua tese do parasitismo social⁴⁰ e ao mesmo tempo apresentar uma solução para os males da predatória colonização ibérica aos países latino-americanos, incluindo, o Brasil.

Outro intelectual importante que também não entrou em confluência com as teses racialistas foi o médico negro Juliano Moreira (1873-1932). Baiano e de origem humilde, Moreira foi um dos maiores representantes brasileiros em congressos internacionais em sua época. Paris, Berlim, Lisboa, Milão e outras mais cidades ouviram os argumentos médicos antirracialistas do negro que se tornaria professor da Faculdade de Medicina da Bahia. Durante a sua vida, combateu e refutou as ideias que procuravam encontrar a explicação das doenças mentais no conceito de raça, apontando que estas se deviam a fatores de natureza física e situacionais. Como prova, ele trazia os inúmeros exemplos de negros e mestiços brasileiros que, mesmo com uma realidade extremamente preconceituosa, tinham alcançado boas posições como pedagogos, médicos e engenheiros. O que diferenciava os brancos, negros e mestiços no Brasil, segundo ele, longe de ser o grau de sua pureza racial, era a boa educação e boas condições sanitárias e mentais⁴¹.

Um episódio interessante e excepcional envolvendo Juliano Moreira foi a situação enfrentada por ele quando prestou concurso para professor na Faculdade de Medicina. Além de trazer um discurso contra hegemônico, uma vez que saía das teses racialistas, ele encontrou pela frente uma banca composta por homens lembrados pela sua marca escravocrata. O resultado? Uma aprovação com nota máxima⁴².

Esses dois exemplos de pensadores brasileiros, sendo um deles negros, demons-

38 PRIORI, Ângelo, CANDELORO, Vanessa Domingos de Moraes. A utopia de Manoel Bonfim. IN: *Revista Espaço Acadêmico*, nº 96, maio de 2009, pg. 1.

39 Apud PRIORI, Ângelo, CANDELORO, Vanessa Domingos de Moraes, Op. cit., pg. 3.

40 “A ideia formulada por Bomfim, em contraposição ao discurso que atribuía ao fator raça as causas do subdesenvolvimento, é a tese do parasitismo social, onde ele enfatizava que a lógica da dominação externa imposta pelo colonialismo combinada com a dominação interna imposta pelas elites dirigentes, causava profundos males aos povos latinoamericanos. Segundo o autor, o parasitismo impunha três efeitos malévolos e predador: o enfraquecimento do parasitado; as violências que se exercem sobre eles; e a adaptação do parasitado às condições de vida que lhe são impostas.” Idem, pg. 3-4.

41 DANTAS, Carolina Vianna, Op. cit., pg. 75.

42 Idem, pg. 76.

tram que as teses racialistas eram sim hegemônicas até a década de 1930 no Brasil, porém, existiram outros estudos que refutavam estas teses e que foram silenciados na época em que vieram à tona e durante muito tempo pela própria historiografia. A grande pergunta é o porquê isso aconteceu. Percebendo, a partir destes estudos, a centralidade das teorias do embranquecimento e da utilização do evolucionismo social ao lado do racismo para a manutenção da dominação de classe e da construção de identidades extremamente hierárquicas no contexto pós-Abolição e de inserção do liberalismo como modelo de doutrina política-filosófica no país, creio que qualquer resposta não pode negligenciar o caráter de classe envolvido na popularização destas teorias.

Desenvolver essa reflexão, infelizmente, não é a proposta deste artigo. Nas linhas acima procuramos situar o cenário em que estas teorias chegaram ao Brasil e apresentamos, a partir da historiografia sobre o tema, as saídas conceituais que alguns intelectuais brasileiros tiveram quando lidaram com as questões. Identificamos, assim, que aquele louvor prestado a Gilberto Freyre devido a sua “nova” postura em relação ao mestiço é muito mais fruto de construções posteriores e contemporâneas a sua obra do que de fato comprovável ao olharmos o riquíssimo debate que se fazia nos centros de pesquisa, como estudado por Schwarcz, ou em revistas e jornais, como analisado por Dantas.

Os debates sobre raça, racismo e antirracismo, de maneira alguma, tiveram fim no momento da publicação de *Casa-grande & senzala*. Este ensaio trouxe, para muitos autores, uma visão de Brasil que inauguraria a conhecida “democracia racial”⁴³. Essa representação do povo brasileiro a partir da mestiçagem cultural e biológica entre as três raças, além de apontar para os ganhos do “brasileiro” daí resultante, acabou dificultando uma perspectiva crítica em relação às desigualdades entre brancos e negros no Brasil. Apresentava-se um país isento das grandes complicações raciais facilmente denunciadas na realidade estadunidense, o nosso “outro”, que sempre esteve presente no discurso legitimador desse tipo de ideologia no Brasil.

Tal representação de “paraíso racial” foi exportada, durante as décadas de 1930/1940, construindo um imaginário onde o Brasil aparecia quase como uma vanguarda em comparação aos países europeus e os EUA⁴⁴. Esse contexto, contudo, mudaria a partir da década de 1950, principalmente, devido o fim da ditadura do Estado Novo (1945) e com o fim da Segunda Grande Guerra (1945). Após o término de uma guerra que tinha sido muito marcada pelo prisma racial, devido às políticas eugenista da Alemanha Nazista, o mundo capitalista moderno realizou um esforço significativo no intuito de se afastar das teses que argumentavam a partir das teorias racialistas. E os olhos acabaram se voltando para o Brasil. O então considerado “paraíso racial” tinha a chance de mostrar as suas harmônicas relações entre brancos e

43 “Essa democracia social seria basicamente um modo diferente de colonizar que significou miscigenar-se, igualar-se, integrar os culturalmente inferiores, absorver sua cultura, dar-lhes chances reais de mobilidade social no mundo branco. Freyre fala depois em “democracia étnica” para dizer que, no Brasil, apesar de uma estrutura política muito aristocrática, desenvolve-se, no plano das relações raciais, relações democráticas.” GUILMARÊES, Antonio Sérgio A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. IN: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003, pg. 102.

44 Cabe destacar, aqui, que a comparação entre os pormenores das relações raciais no Brasil e nos EUA não foi apenas fruto dessas décadas. Mesmo que a obra de Freyre tenha influenciado outros a tecer esse tipo de comparação na época em que foi publicada, principalmente, devido a Política da Boa Vizinhança, como Frank Tannenbaum, podemos observar comparações desse tipo ainda no século XIX nos relatos de viajantes estrangeiros e até entre os debates abolicionistas no Império. O tom comum que permeava essas aproximações e afastamentos era a constatação de uma relação mais harmônica entre brancos e negros no território brasileiro em relação aos americanos do Norte. Inclusive, a preocupação dos homens dirigentes do Império de não “racializar” explicitamente as leis e medidas que descriminavam os afrodescendentes e africanos foi muito marcada pelo medo de não transformar o Brasil num novo EUA. Para aprofundar o debate, ver: ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de, Op. cit., cap. 1; RUSSEL-WOOD, A. J. R. Op. cit., cap. 1.

outras raças servindo de exemplo para o mundo.

Com o intuito de dar roupagem científica e arcabouços teóricos para explicar e compreender esse cenário racial brasileiro a Unesco, órgão ligado à Organização das Nações Unidas, a partir da década de 1950 patrocinou uma série de pesquisas acerca das relações raciais no país. Tentava-se dar inteligibilidade aos fatores que poderiam contribuir e servir de instrumentos de políticas públicas para a promoção de uma verdadeira democracia entre as raças. Intelectuais como Artur Ramos, ligados a ONU, tinham esperança que o Brasil servisse de exemplo⁴⁵.

Não foi o que se viu com o resultado das pesquisas. O chamado “Projeto Unesco”⁴⁶, no Brasil encabeçado por Florestan Fernandes, acabou trazendo dados empíricos e conceituais que denunciavam o rótulo brasileiro de um país sem discriminação racial. A Escola de Sociologia Paulista com nomes como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, trouxeram teses que frustraram os entusiastas da ideologia nacionalista de um país de vanguarda. O Brasil era racista. Essa foi a denúncia da Escola de Sociologia Paulista.

Nas últimas décadas, principalmente, em 1980 com os trabalhos de Robert Slenes e Sílvia Lara na área de escravidão, muitas críticas foram feitas a alguns apontamentos e conclusões alcançadas por Fernandes e outros membros dessa escola. Acusava-se que, na ânsia de explicitar o racismo brasileiro, muitas vezes recorrendo ao passado escravista para mostrar as continuidades históricas das experiências de opressão, aqueles intelectuais tinham exagerado na “vitimização” dos negros e, pior, tinham esvaziado as suas capacidades de escolhas e ação, em outras palavras, não os apresentavam como sujeitos históricos⁴⁷.

Entendendo e valorizando os inúmeros ganhos interpretativos trazidos pela historiografia da escravidão cujos maiores expoentes foram Slenes e Lara, torna-se oportuno e necessário, contudo, fazer uma observação. Muitos historiadores e cientistas sociais, influenciados por estes trabalhos, acabaram tecendo críticas tão duras a Escola de Sociologia Paulista que, por vezes, acabam não historicizando as teses destes autores e negligenciando a importância destes para o combate ao racismo no Brasil.

Trabalhos como o de Florestan Fernandes foram extremamente importantes na desconstrução e denúncia do “mito da democracia racial” na década de 1950/1960. O alcance que suas reflexões tiveram acabou desestruturando muitos pensadores e políticas públicas que ainda se debruçavam sobre a realidade brasileira imersos nos pensamentos de uma harmonia racial inexistente. É essencial que se diga isso, pois, como diz a letra Negro Drama cantada pelos Racionais MCs, “Não foi sempre dito/Que preto não tem vez”⁴⁸.

45 PEREIRA, Amílcar, Op. cit., pg. 82.

46 “Esses estudos documentam pela primeira vez, de maneira racional e científica (ou seja, utilizando-se das técnicas de observação desenvolvidas pela sociologia e pela antropologia social), a situação do negro no Sudeste do Brasil. Seria a “raça” uma forma de classificação social no Brasil? Pensava-se comumente que “a cor era apenas um acidente”, éramos todos brasileiros. Esse pensamento era atribuído ao povo, ou seja, não apenas os ideólogos, mas as pessoas comuns, do povo, brancos e negros, pensariam assim. Os estudos de Bastide e Florestan (1955) e Costa Pinto (1953) rompem radicalmente com essa forma de pensar. A grande discussão que eles estabelecem é uma discussão já colocada pelo movimento negro nos anos 1930: a existência do preconceito racial no Brasil, apesar do ideal de democracia racial.” GUIMARÃES, Antonio Sérgio A, Op. cit., pg. 101.

47 Para conhecer os debates, ver: SLENES, Robert. Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, cap. 1; GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

48 “Não foi sempre dito/Que preto não tem vez/Então olha o castelo e não/ Foi você quem fez cuzão”, Negro Drama, Racionais MCs. Disponível em: <http://letras.mus.br/racionais-mcs/63398/> (Último acesso em 19/04/2014).

Conclusão: o conceito de raça e a contemporaneidade

Atualmente a “raça” como fator explicativo de aspectos da realidade social não tem mais qualquer alcance explicativo. Os avanços na área de genética no século XX mostraram o caráter ideológico das teses racialistas europeias e as suas derivações nas periferias do capitalismo. Mas, nem por isso, as ideias que a envolvem deixaram de existir e muito menos as suas complicações cuja mais grave é o racismo.

Conforme os estudos da Escola de Sociologia Paulista mostraram nas décadas de 1950/1960, o Brasil é racista e há uma correspondência entre cor e pobreza no país. Além disso, vários estudos posteriores trabalharam as complicações que as concepções extremamente discriminatórias de manifestações culturais e estéticas têm para a experiência objetiva dos negros numa sociedade onde os aspectos hegemônicos pertencem ao mundo branco.

Procurando combater esses preconceitos, não foram poucos os expoentes da população negra que lutaram com armas que diferem a cada contexto histórico. Manuel Querino, intelectual que lutou contra as teses racialistas na realidade brasileira valorizando a contribuição dos negros para a “civilização brasileira”; Monteiro Lopes, primeiro deputado federal negro eleito; Abdias do Nascimento, fundador do Teatro Experimental do Negro (TEN) em 1944 e Joel Rufino dos Santos, historiador e escritor dedicado à valorização da cultura negra no país, são penas alguns exemplos de resistência a uma realidade extremamente racializada.

A partir da década de 1970, o movimento negro brasileiro contemporâneo, aglutinando experiências de outros movimentos como o dos EUA e da África do Sul, que viveram regimes de segregação racial institucional, passa a se organizar buscando construir uma identidade negra positivada. Esta que foi extremamente prejudicada com a “democracia racial”, já que num país de apologia a mestiçagem é muito complicado se construir ideias de respeito a diferenças a tudo que não é o “mulato” ou o “moreno”, em suma, o “brasileiro”.

Dessa maneira, estruturaram-se as duas principais pautas desse movimento durante anos em que o regime ditatorial brasileiro continuava com a sua política nacionalista homogeneizadora: a valorização da identidade negra em seus mais diferentes aspectos, como manifestações culturais e padrões estéticos, e a denúncia do mito da democracia racial⁴⁹.

Nesse meio de luta, a categoria “raça” não será abandonada. Se ela serviu, durante muitas décadas, para manter e legitimar a posição inferior da população negra no país, agora, ela servirá como instrumento de mobilização e de ação de um movimento que busca reconhecimento social. O seu traço essencializante, contudo, o maior responsável pela estruturação das famosas teses racialistas da virada do século será desconstruído. Deixando claro que as identidades são consolidadas a partir de disputas políticas, selecionando tradições de determinados grupos para dar coesão à reivindicação, se constituirá uma ideia de raça que longe de manter os traços determinantes antigos cumprirá o seu papel na luta ao racismo. O afastamento desse momento de essencialização, para Stuart Hall, é decisivo. Segundo ele:

O momento essencializante é fraco porque naturaliza e des-historiciza a diferença, confunde o que é histórico e cultural com o que é natural, biológico e genético. No momento em que o significante “negro” é arrancado de seu encaixe históri-

49 Idem, pg. 83-84.

co, cultural e político, e é alojado em uma categoria racial biologicamente constituída, valorizamos, pela inversão, a própria base do racismo que estamos tentando desconstruir. Além disso, como sempre acontece quando naturalizamos categorias históricas (pensem em gênero e sexualidade), fixamos esse signifiicante fora da história, da mudança e da intervenção políticas.⁵⁰

Assim, nas décadas de 1970/80, e ainda nos dias de hoje, o quadro que se apresenta é de continuação da luta contra a opressão e discriminação aos negros e aos afrodescendentes que tem longa duração histórica, seja no Brasil ou se adotarmos uma visão transnacional. Tecer perspectivas críticas a respeito de discursos que tentam apresentar como natural as extremas desigualdades no campo das relações raciais no país é um dentre os muitos desafios que os historiadores têm de lidar. Estando ciente que a todo o momento o historiador está inserido nas lutas de representação e no processo de invenção de tradições, como lembra Hobsbawm⁵¹, trabalhos como esse se mostram imprescindíveis nesta conjuntura. Como lembra Benjamin⁵², o inimigo tem vencido sem cessar, e para os que têm a ânsia de mudar essa espécie de rotina, a academia não pode ser um espaço apenas de trocas de figurinhas...

Recebido em 29 de janeiro de 2014, aprovado em 17 de abril de 2014.

50 HALL, Stuart. "Que 'negro' é esse na cultura negra?". IN: HALL, Stuart. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, pg. 345.

51 "Todavia, todos os historiadores, sejam quais forem seus objetivos, estão envolvidos neste processo [invenção de tradições], uma vez que eles contribuem, conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político. Eles devem estar a tentos a esta dimensão de suas atividades." HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. IN: RANGER, Terence, HOBBSAWM, Eric. Op. cit., pg. 27.

52 "O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador vencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer." BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. IN: Disponível em: <http://rae.com.pt/wb2.pdf> (Último acesso em 19/04/2014).